

O golpe do Clube de Paris complica muito as coisas?

Ao tomarmos conhecimento da decisão do Clube de Paris de romper o acordo feito no início deste ano com o Brasil e das reações dos banqueiros à proposta apresentada no último dia 24 pelos negociadores brasileiros, sentimo-nos na obrigação de pedir desculpas caso tenhamos induzido o leitor — em nosso editorial de ontem — a pensar que as coisas eram mais fáceis do que são na realidade. Não era essa nossa intenção. Queríamos tão-somente registrar o bom senso demonstrado por todas as partes envolvidas no dia em que estabeleceram o diálogo e o desafogo proporcionado pelo início de uma negociação séria e responsável.

A nosso favor, podemos dizer que naquela altura dispúnhamos de informações procedentes quase que exclusivamente de informantes brasileiros, exceção feita para o telex emitido pelo comitê assessor dos bancos, o qual deixa absolutamente claro que a proposta recebida “de forma alguma reflete os pontos de vista do comitê”.

Essa reação, no entanto, não nos impressionou negativamente porque estávamos cientes de que os negociadores brasileiros, ao apresentarem sua proposta, não esperavam reação diferente, sabendo que as negociações propriamente ditas só se iniciariam a partir de uma contraproposta dos credores.

O fato de se anunciar quase oficialmente que essa contraproposta será apresentada já na próxima sexta-feira indica que neste primeiro momento do reatamento das relações rompidas pela moratória do ex-ministro Funaro, o ponto realmente decisivo é o pagamento simbólico dos juros atrasados pelo Brasil antes da data fatal de 26 de outubro, quando os bancos norte-americanos teriam de lançar como prejuízo o que o Brasil deixou de pagar desde fevereiro, como acaba de acontecer com os bancos japoneses (com prejuízo maior, diga-se de passagem, para os verdadeiros interesses brasileiros...).

Quanto a esse primeiro obstáculo — o pagamento simbólico —, tudo indica que será facilmente superado, uma vez que novamente nos jornais de ontem o ministro Bresser Pereira mostrava que compreendera que essa era a retribuição que lhe cabia ao “gesto” dos banqueiros norte-americanos que “abriram mão” da ida prévia ao FMI.

Acontece que a última decisão do Clube de Paris veio mostrar com absoluta clareza que tudo não passa de um jogo de aparências naquilo que se refere ao FMI, uma vez que o cancelamento do acordo do primeiro semestre, como diz o correspondente da Gazeta Mercantil em Washington, que anunciou com exclusividade a decisão, foi a fórmula encontrada pelos países industrializados para forçar e apressar um entendimento entre o Brasil e o FMI.

Além do mais, os banqueiros privados norte-americanos já haviam — previamente — condicionado qualquer acordo com o Brasil ao acordo que teremos de fazer (antes se pensava que posteriormente) com o Clube de Paris.

No momento em que escrevamos este editorial não sabíamos ainda a que tipo de retórica iria recorrer o ministro Bresser Pereira para continuar com a face salva — em relação a ida ao FMI — depois do xeque-mate do Clube de Paris.

A situação ontem, portanto, já era bem mais complicada do que era quando escrevemos o primeiro editorial.

Mas, fundamentalmente, e retórica à parte, nada se alterou. O importante é que os bancos norte-americanos não se podem dar ao luxo de perder esta oportunidade de entendimento com o Brasil e nesse particular estão agindo em perfeita sintonia com o governo de Washington. Desejam chegar a algum tipo de acordo com o Brasil, ainda que, evidentemente, não estejam dispostos a disfarçar diante dos nossos negociadores toda a raiva acumulada desde a gestão Dílson Funaro.

Foi com esse espírito que o ex-presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker, condenou as sugestões de “professores e políticos” (alusão evidente aos scholars que, nos Estados Unidos, animaram Bresser a propor a securitização...), mas em compensação, advogou, conforme relata a Gazeta Mercantil, “um esforço corporativo entre bancos, governos e instituições internacionais para montar programas que possam sustentar o crescimento do País (Brasil) durante anos”.

Também o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, demonstrou grande boa vontade no encontro que manteve com Bresser Pereira na última segunda-feira, desfazendo o mal-estar que provocara o primeiro encontro que tiveram.

Com a apresentação da contraproposta dos banqueiros norte-americanos e com o pagamento simbólico que esperamos que nada venha a impedir daqui até o dia 26 de outubro, estaremos entrando num período que será certamente muito longo, de aborrecidíssimas negociações sobre prazos e juros que raramente chegarão a entusiasmar leitores de jornais. Do lado brasileiro o esforço, evidentemente, será para a chamada solução a longo prazo — nunca mais que os três anos constantes da proposta inicial — enquanto do lado norte-americano tudo se fará para obter uma solução do mais curto prazo possível.

Qualquer banqueiro norte-americano com créditos no Brasil conhece nossa situação política melhor do que a maioria dos brasileiros, e é difícil negar-lhes razão quando alegam que nem o próprio Bresser Pereira sabe se estará no ministério daqui a 15 dias. Em compensação, a comparação com Dílson Funaro é altamente favorável ao atual ministro nos meios financeiros norte-americanos, onde existe muita gente preocupada em ajudá-lo a permanecer o maior tempo possível no cargo porque ninguém duvida nos Estados Unidos de que um seu eventual substituto seria certamente pior, do ponto de vista norte-americano.

Apesar do golpe do Clube de Paris, portanto, tudo contribui para que, pesados os prós e os contras dos dois lados, se chegue a uma solução meio-termo, enquanto vai ganhando cada vez mais terreno a idéia de que esse tipo de tratamento da questão da dívida externa dos países latino-americanos tem de ser abandonado o mais rapidamente possível.